

FERNANDO LEAL DA COSTA: "FISCALIZAÇÃO E PUNIÇÃO SÃO DECISIVAS NA NOVA LEI DO ÁLCOOL"¹

FERNANDO LEAL DA COSTA: "FISCALIZAÇÃO E PUNIÇÃO SÃO DECISIVAS
NA NOVA LEI DO ÁLCOOL"

"Fiscalização e punição dos infractores são decisivas" na nova lei do álcool

Fernando Leal da Costa, o secretário de Estado adjunto da Saúde fala da nova lei sobre o álcool e avisa que esta matéria não pode servir para "discórdias políticas"

Entrevista por Andrea Cunha Freitas

A nova proposta de lei do Governo sobre o álcool deverá ser discutida ainda este mês. A proibição da venda de álcool a menores de 18 anos é um dado adquirido. Nas respostas enviadas por email ao PÚBLICO, o secretário de Estado adjunto da Saúde, Leal da Costa, promete também proibir a venda de álcool durante a madrugada nos postos de abastecimento e lojas de conveniência. Sobre a punição aos infractores, o governante avança que a nova proposta legislativa vai permitir "encerramentos temporários dos estabelecimentos prevaricadores".

¹ In "Publico" 05/02/2013



- Entre as propostas legislativas da iniciativa do Ministério da Saúde está a revisão da lei do tabaco, a nova legislação para as smartshops e as alterações à lei do álcool. O álcool é a prioridade?

- É urgente trabalhar numa legislação adequada de forma a encontrar a melhor resposta para estas dependências. Neste momento, todas as temáticas que refere na pergunta constituem prioridades do Ministério da Saúde no capítulo das políticas que visam contribuir para a defesa da Saúde Pública. Elas estão interligadas e para a obtenção de resultados eficazes todas as decisões que vierem a ser tomadas nestes capítulos estarão articuladas. Dentro em breve avançaremos, em conjunto, com os diplomas referentes ao álcool e às smartshops. Porque, por um lado, temos a grande perigosidade das novas substâncias psicotrópicas e, por outro lado, temos o crescente abuso de álcool nos jovens e os policonsumos de álcool e drogas. Actualmente, o padrão de consumo dos jovens associa os dois fenómenos numa combinação que dificulta a intervenção preventiva e agrava os riscos.

- O principal objectivo é prevenir o consumo de álcool entre os adolescentes?

- Sim. Sentimos que é preciso dar sinais à sociedade e aos jovens de que o consumo de álcool tem riscos imediatos para os quais poucos chamam a atenção. Falo do coma alcoólico, falo de todos os comportamentos de risco, que estão na origem de acidentes de viação, de maior probabilidade de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, de lesões por agressões resultantes de comportamentos violentos e maiores dificuldades na concentração e na memória que podem afectar os resultados escolares e académicos. Há danos neurológicos irreversíveis e lesões hepáticas que podem ser muito graves se o abuso for continuado. Repare que o risco de dependência é maior quando o consumo se inicia mais cedo. No entanto, não nos vamos limitar a avançar com medidas legislativas.

O nosso enfoque político é para limitar o abuso de álcool, não pretendemos acabar com as bebidas contendo álcool. Para prevenir estas dependências, a nossa grande aposta é contribuir para uma maior educação e informação que leve à moderação no consumo de álcool pelos jovens menores e adolescentes. Vamos complementar a intervenção legislativa com a acção educativa.

Assim, o Ministério da Saúde, juntamente com o Ministério da Educação e Ciência, está a trabalhar em programas de sensibilização que devem arrancar no terceiro período [deste ano lectivo] e que visam preparar também as "férias grandes" onde há episódios de



excessos que merecem grande atenção. Devo dizer, porém, que fazer cumprir a lei constitui, por si só, uma acção educativa.

- O aumento da idade-limite para a compra de álcool - dos 16 para os 18 anos - foi uma das medidas anunciadas. Como será reforçada a fiscalização, sobretudo quando sabemos que os limites em vigor (16 anos) não são devidamente cumpridos e/ ou fiscalizados?

- Haverá certamente um reforço de fiscalização. A proposta contempla várias medidas, preconizadas pelo MAI, que permitem uma maior intervenção local dos agentes de manutenção da ordem pública que poderão determinar, de acordo com a legislação, encerramentos temporários dos estabelecimentos prevaricadores. Devo dizer que a fiscalização e punição adequada, consistente e imediata, dos infractores são decisivas neste plano de acção que se quer concertado entre os vários agentes.

- Uma das reacções a esta medida pedia que, na sequência do aumento da idade legal, fosse também alterada a idade mínima para a entrada nos bares e discotecas. Esse limite será alterado?

- Essa alteração, a acontecer, exigiria e envolveria outra legislação. Uma coisa de cada vez. Acredito que esse poderá ser um caminho, mas também há outras soluções que devemos ponderar. Vamos estudar o que é mais indicado à nossa realidade.

- A nova legislação propõe ainda o consumo e venda de álcool nas bombas de gasolina e, depois da meia-noite, também nas lojas de conveniência?

- As autoridades policiais têm chamado a atenção para o facto de estes locais constituírem pontos de risco, são pontos para distúrbios e outros excessos ligados ao consumo de álcool, pois são locais de fácil acesso e por isso mesmo estão identificados. Entendemos que deve ficar claro que as bebidas alcoólicas devem ser vendidas, durante a madrugada, apenas em estabelecimentos da área da restauração, bares e similares. Na verdade, há que garantir que elas só possam ser vendidas em locais onde a venda possa ser controlada e verificada e o preço seja o adequado ao tipo de consumo em causa.

- Os adolescentes entram num supermercado e compram álcool, sem que lhes seja pedido nenhum documento de identificação. Há alguma medida prevista para colocar obstáculos nestes locais?



- A proposta de lei prevê a verificação de idade quando adequado.

- O Código da Estrada terá as alterações que visam uma taxa de alcoolemia inferior (de 0,5 para 0,2 gr/l) para os jovens que acabaram de tirar a carta e menores de 21 anos?

- O MAI está a trabalhar nesta definição.

- Teremos aumentos de preços para dissuadir o consumo?

- Há correntes que defendem esse caminho. Julgo que temos tido uma política realista quanto aos preços das bebidas alcoólicas. As questões de definição dos preços têm de ser enquadradas no contexto europeu e internacional. Nesse sentido, o Ministério da Economia, o MAMAOT e o Ministério das Finanças têm trabalhado com o Ministério da Saúde para encontrar equilíbrios. O nosso papel, em termos de preços e fiscalidade, é essencialmente de aconselhamento técnico. E deve dizer-se que a política fiscal deste Governo, ao invés do passado, tem sido muito proactiva no que concerne o papel da fiscalidade na promoção da saúde. É verdade que há margem para ajustamentos nos preços, mas, de um modo geral, estamos no bom caminho.

Penso que o factor preço, embora importante, não é, neste momento, o mais relevante para diminuir o abuso de consumo de álcool. O que nos interessa é dar informação para que as pessoas possam fazer escolhas saudáveis.

- Admitem regras diferentes para as bebidas espirituosas e para o vinho e cerveja?

- Devo dizer que este assunto é matéria que ainda merece alguma reflexão no interior do Governo e estamos a avaliar os cenários mais adequados à realidade portuguesa. Não nos esqueçamos que impedir o consumo de bebidas com alto teor alcoólico protege de embriaguez de instalação rápida e são as bebidas espirituosas que estão na base da maioria do binge drinking. Por outro lado, temos notícia de locais onde oferecem shots de alto teor em álcool para provocar perda de controlo nas decisões, induzir sede e aumentar o consumo de mais bebidas. Impedir isto já será muito bom. Apesar de vários países europeus seguirem esse modelo de separação, o mais importante é uma fiscalização eficaz. Um passo mais pequeno pode ser o ponto de partida para um grande salto.

- Quais são os timings desta proposta?

- Gostaríamos de ter esta proposta de DL em vigor antes do Verão de 2013.



- Esta matéria reúne consenso ou acredita que vamos assistir a alguma resistência (de outros partidos políticos) a algumas das mudanças previstas?

- Há sempre resistências às mudanças. O mais importante é a opinião pública tomar consciência do problema e que as associações de pais, as polícias, as associações de jovens e outros agentes, incluindo a indústria da restauração e da diversão nocturna, sejam motores para a mudança de legislação e, o mais importante, para a sua aplicação. Todos queremos cidadãos saudáveis e responsáveis.

É preciso separar o que é a opinião dos partidos políticos, seguramente interessados no bem comum, e os interesses da indústria das bebidas. O ideal é encontrar convergências, e elas existem. Esta matéria, que envolve a protecção da saúde, como outras relacionadas com consumos nocivos, não pode ser usada para discórdias políticas. Nem sequer me parece que devam ser questões ideológicas. Deve realçar-se o papel construtivo da enorme maioria, diria de todas, as associações industriais de produtores de bebidas contendo álcool e o bom senso demonstrado por quase todos os envolvidos nesta questão.

Existe muitíssima evidência de que é desejável que não se beba álcool antes dos 18 anos porque o risco de dependência futura é tanto maior quanto mais cedo se começa a beber. O cérebro dos adolescentes e jovens adultos é mais vulnerável aos efeitos do álcool. É por isso que países como os EUA só autorizam o consumo de álcool a partir dos 21 anos. Acho que o mais importante é que os políticos assumam as suas responsabilidades.